

AS JORNADAS DE JUNHO E O PADRÃO DE URBANIZAÇÃO BRASILEIRO: LIMITES OU NOVOS RUMOS

(1) Raul da Silva Ventura Neto, MS.

Graduado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Pará (2008), mestre em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Pará (2012). Doutorando do Programa de Desenvolvimento Econômico do Instituto de Economia da Unicamp. raulvneto@hotmail.com (11) 941426573. Praça Benedito Calixto, 186 apto. 96 CEP 05406-040 SP/SP.

Resumo

Este trabalho pretende estabelecer uma relação entre as mobilizações populares das Jornadas de Junho, e o padrão de urbanização que a experiência capitalista no Brasil tem produzido. São recuperados referenciais teóricos sobre desenvolvimento desigual, renda da terra, alianças de classes e exploração da força de trabalho no espaço de viver, todos apresentadas à luz da influência que exercem sobre o processo de urbanização. Ademais, estão presentes algumas reflexões do pensamento crítico brasileiro quanto às possíveis especificidades de como o capitalismo se reproduz no Brasil. A hipótese central que defendo no artigo é que se deve analisar as Jornadas de Junho não como uma reação a insatisfações de âmbito político e social recentes, mas como uma possível – mesmo que muito tardia – resistência ao padrão de urbanização que a nossa formação social e econômica historicamente consolidou.

Palavras-chave: Jornadas de Junho, Urbanização, Acumulação por espoliação.

INTRODUÇÃO

Por não haver eleição, o ano de 2013 claramente parecia um típico ano “ímpar” no calendário da democracia brasileira, um ano sem participação popular massiva sobre as decisões políticas do país. Representava inclusive, para alguns grupos da situação, o início da colheita de ganhos políticos permitidos pela entrega das primeiras grandes obras de infraestrutura da Copa do Mundo de Futebol de 2014. Ganhos esses que de forma alguma são triviais para um país como o Brasil, cujo o único motivo de mobilização popular a nível nacional, desde de 1992 com o “Fora Collor”, haviam sido as comemorações pela vitória nas Copas do Mundo de 1994 e 2002.

Impulsionado pela Copa das Confederações, o quadro político parecia de tal forma estável que o Governo de São Paulo decidiu por prorrogar o reajuste anual das tarifas do transporte coletivo urbano, que normalmente ocorria entre Janeiro e Fevereiro, para o mês de Junho de forma a coincidir com o campeonato, quando a população provavelmente estaria inebriada com os gols de Neymar e Cia. e sem “disposição” para ir às ruas protestar. Não se poderia imaginar que justamente um reajuste de R\$ 0,20 seria o estopim para o que Silvia Viana (2013) classifica como freio brusco de uma ordem fundada, provavelmente a melhor referencia para os efeitos reais das manifestações populares que, durante o mês de Junho de 2013, tomam os espaços públicos das principais cidades brasileiras.

Este trabalho pretende estabelecer uma relação entre as mobilizações populares das Jornadas de Junho, e o padrão de urbanização que a experiência capitalista no Brasil tem produzido. São recuperados referenciais teóricos sobre desenvolvimento desigual, renda da terra, alianças de classes e exploração da força de trabalho no espaço de viver, todos apresentadas à luz da influência que exercem sobre o processo de urbanização. Ademais, estão presentes algumas reflexões do pensamento crítico brasileiro quanto às possíveis especificidades de como o capitalismo se reproduz no Brasil. Entre essa retomada teórica, faço uma digressão para apresentar um resumo do que foi apresentado sobre as Jornadas de Junho e dos movimentos urbanos recentes, a partir das coletâneas organizadas pela Editora Boitempo (Cidades Rebeldes) e pelo portal de notícias Carta Maior (*Occupy*). A hipótese central que defendo no artigo é que se deve analisar as Jornadas de Junho não como uma reação a insatisfações de âmbito político e social recentes, mas como uma possível – mesmo que muito tardia – resistência ao padrão de urbanização que a nossa formação social e econômica historicamente consolidou.

ACUMULAÇÃO, URBANIZAÇÃO E REBELDIA

Quando se propõe a descrever a situação da classe trabalhadora na Inglaterra, em uma das suas principais obras de mesmo título, Engels (1976) dedica um capítulo específico às cidades industriais inglesas. No capítulo “As Grandes Cidades”, mais do que uma simples descrição do padrão de urbanização que a revolução industrial britânica precipita, as descrições do filósofo alemão já indicavam que um olhar atento sobre a cidade que nos rodeia tem a capacidade de evidenciar outras formas de exploração do capital sobre o trabalho, e que nem sempre são identificadas como tal. Defendo neste artigo que desnudar as relações entre urbanização e exploração do capital sobre trabalho é uma tarefa fundamental para entender as manifestações urbanas recentes, inclusive as Jornadas de Junho.

Leonardo Benevolo (1963) é um autor importante para entender como a urbanização vai, aos poucos, camuflando processos de exploração do capital sobre o trabalho de diversas formas. O autor toca num ponto fundamental, que é dificuldade inicial dos cidadãos – ao que tudo indica em qualquer época – em identificar que mudanças urbanas graduais no presente, podem vir a se converter em problemas estruturais para o futuro das suas cidades. Na visão do autor, no caso das cidades industriais inglesas, essa condição levou à inércia na formulação de diretrizes urbanísticas, que em seguida identificam-se como modernas. O objetivo de sanar os males da cidade industrial entretanto, é rapidamente apropriado pelo capital na forma de um discurso higienista que legitima o redesenho de grandes cidades europeias e brasileiras para atender a interesses rentistas de grupos da classe proprietária local (BENEVOLO, 1963; CHALHOUB, 1996; FIX, 2011; SOARES, 2008). Elemento em comum entre essas intervenções é o deslocamento da população de bairros degradados em áreas consideradas centrais para zonas até então periféricas da cidade, prática que além de claramente beneficiar a classe proprietária local, traz consigo evidências do que alguns autores vão classificar como mobilidade do capital na escala urbana.

Neil Smith (1988) é um dos pensadores que pesquisa os efeitos espaciais da mobilidade do capital, incorporando essas reflexões à sua interpretação sobre o desenvolvimento desigual do capitalismo. Para o autor a mobilidade do capital produz escalas espaciais distintas (urbana, global e nacional) e sujeitas a uma constante diferenciação interna. A escala urbana seria a expressão necessária da centralização do capital produtivo (SMITH, 1988 p. 197), o que eleva o espaço urbano à condição de espaço absoluto de produção. Devido a isso, o limites e a expansão do espaço urbano seriam impostos pela própria

expressão geográfica do valor da força de trabalho, em outras palavras: os limites dos deslocamentos diários entre o local de residência e o local de trabalho. É nesse ponto que os diferenciais de renda da terra – e os meios coletivos que ampliam esses diferenciais – ocupam um espaço central na organização do espaço urbano.

Na visão de Smith (1988), que é compartilhada por Harvey (1982), o sistema de renda da terra nivela o espaço urbano à dimensão do valor de troca, ocupando a pretensa função de integração e coordenação da propriedade privada da terra no espaço urbano. Essa racionalidade própria do mercado de terras, é o que, em última instância, impulsionaria a diferenciação de usos para o solo na escala intraurbana, mas somente até ser perturbada pela própria especulação com a terra urbana se tornando ativo da grande importância no capitalismo. A necessidade de intervenção do Estado, que se dá com a disponibilização dos meios de consumo coletivo através do planejamento urbano, apenas estimula o caráter especulativo da renda da terra e sistematicamente a impede de integrar e coordenar o desenvolvimento urbano.

Com isso, a estrutura especulativa da renda imobiliária se conecta à própria determinação do valor dentro do sistema capitalista, pois contribui para o que o autor classifica como movimento de “vaivém” do capital entre áreas mais e menos valorizadas, em busca de taxas de lucros máximas. Essa contínua mobilidade, que representa a própria dimensão espacial do capital, é especialmente mais fluida na escala urbana sendo um dos elementos responsáveis pela consolidação de padrões diferenciados de urbanização, mas cujo principal objetivo é sempre o de maximizar taxas de lucro para classes dominantes locais.

David Harvey (1982) é um dos autores que acentua o papel de agentes locais – principalmente os proprietários da terra – no processo de urbanização. Levanta a hipótese de que, longe de ocuparem um papel passivo (parasitário) no capitalismo contemporâneo, a classe proprietária da terra é na verdade um agente ativo com poder de controle sobre a urbanização através do seu poder de coação ou de cooperação com o capital. Fundamentalmente isso é motivado pela busca por diferenciais cada vez mais ampliados de renda da terra a seu favor, num movimento que é coordenado pelo capital portador de juros e que se amplia conforme a terra se aproxima da forma de um ativo financeiro.

Por outro lado, a busca por diferenciais de renda não é a única motivação para a urbanização. É novamente Harvey (1989), a partir de Marx, que traz contribuições importantes sobre a urbanização capitalista, e, sem desconsiderar o papel ativo dos proprietários da terra, aponta para relação entre a urbanização e as crises de superacumulação. Para o geógrafo inglês essa condição cria uma tendência

onde a classe capitalista opta por primordialmente redirecionar os excedentes superacumulados no circuito primário para circuito imobiliário, privilegiando um ambiente construído unicamente voltado para o consumo e que assegure novas formas para acumular capital. Além de Harvey (1989), Lefebvre (1999) também entende o circuito imobiliário como um receptor dos excedentes superacumulados do circuito primário podendo ainda vir a desempenhar o papel de um circuito paralelo ao do próprio circuito primário.

A dependência e o poder do proprietário da terra se ampliam nesses momentos, contribuindo para a formação de coalizões que objetivam formatar um aparato institucional capaz de redirecionar esses fluxos de capital, bem como um sistema de crédito imobiliário que permita não só a produção como também a aquisição do imóvel. Isso ocorre, segundo Harvey (1989) porque a classe capitalista, atuando individualmente, não seria capaz de organizar esse redirecionamento, necessitando para tal da vontade do Estado na construção desses aparato institucional. A formação de alianças entre grupos de classes dominantes em torno da possibilidade de viabilizar um contínuo processo de prosperidade urbana se torna o resultado mais comum dessa relação entre circuito produtivo e imobiliário (HARVEY, 1989 p. 148-149).

Da mesma forma, Harvey Molotch e John Logan quando apresentam a Teoria da Cidade como Máquina de Crescimento (1987), trazem discussões importantes a respeito da existência de uma economia política do lugar. Em síntese, os autores apontam para necessidade de se observar a cidade como um campo de disputa entre grupos locais, mobilizados na forma de coalizões interessadas em manipular a seu favor, ou o valor de uso ou o valor de troca de áreas específicas. De forma mais empírica, Mike Davis (2009), no seu clássico trabalho Cidade de Quartzos, demonstra como a forma urbana da cidade de Los Angeles e arredores é fruto de coalizões articuladas ao longo do século XX, cujo objetivo era o de atuar em áreas de interesse da classe proprietária local. Essas coalizões, normalmente de difícil identificação, chegam em alguns momentos na história de Los Angeles a produzir o que o autor classifica como uma “Cidade de Duas Cabeças”: uma cidade que, apesar de manter unidade administrativa, possui coalizões entre grupos distintos e que competindo por recursos, por terra e por mercado.

Se, de acordo com os autores citados, o espaço urbano é a escala espacial onde a mobilidade do capital se apresenta de forma mais evidente, a terra urbana é um ativo necessariamente especulativo por conta do papel ativo dos seus proprietários e o circuito imobiliário tende a servir como alternativa para

contornar crises de superacumulação do circuito produtivo, questiona-se: é possível identificar as formas de exploração do capital sobre o trabalho através do processo de urbanização? É novamente Harvey (1982a) o autor que se propõe a responder e essa questão, apontando ainda as especificidades da luta de classes quando esta não ocorre no “chão da fábrica”.

Fazendo referência ao desenvolvimento do capitalismo, Harvey (1982a) chama atenção para o fato de que mesmo tendo ocorrido uma progressiva separação entre local de trabalho (espaço de trabalhar) e local de reprodução e consumo (espaço de viver), principalmente a partir do século XX, isso não significou o fim da dominação do capital sobre o também no ambiente construído, como ocorria, por exemplo, nas cidades inglesas descritas por Engels (1976). Essa relação de dominação entretanto se torna cada vez mais complexa. Os argumentos de Harvey (1982a) apontam para produção ambiente construído através da urbanização enquanto um processo que se divide em elementos de capital fixo (os utilizados na produção como fábricas e rodovias) e elementos de fundos de consumo (aqueles utilizados no consumo como casas, parques, etc). Acontece que progressivamente a cesta de consumo e de reprodução do trabalhador precisa estar integrada ao circuito produtivo e financeiro do sistema, o que ocorre através da relação que a força de trabalho estabelece com o ambiente construído unicamente como fundo de consumo e não como capital fixo no processo imediato de produção (HARVEY, 1989 p. 7).

Criam-se então formas secundárias de exploração a partir da necessidade de apropriação e dominação pelo capitalista das mercadorias que compõe a cesta de consumo do trabalhador, o que ocorre através da influência sobre a definição de padrões de qualidade de vida na esfera do consumo. Na visão de Harvey (1982a), o ambiente construído que surge a partir um padrão de urbanização específico, necessariamente tende a exercer um poder coercitivo sobre nossa vida diária. Essa forma de coerção ocorre pela imposição de padrões de consumo principalmente no âmbito da moradia e do transporte urbano que, sem necessariamente representarem ganhos na relação capital trabalho, pretendem garantir à força de trabalho uma sensação de contentamento e satisfação que estimulem a cooperação espontânea e a eficiência no local de trabalho, mas que nos bastidores precisam coadunar-se com interesses de acumulação das elites que dominam o circuito produtivo daquela economia. No caso da mercadoria habitação, as formas de dominação ocorre desde o acesso inicial, em função do alto custo que a habitação representa, o que demanda um sistema de crédito estruturado e estruturação de uma

dívida de longo prazo, como também no longo prazo estimulada pelo princípio da propriedade privada, fidelizando a força de trabalho para com o sistema capitalista a partir desse ponto¹.

Esses mecanismos de mistificação e de cooptação do trabalhador através dos padrões de consumo mostram seus vícios na medida em que surgem os problemas de superacumulação nas sociedades capitalistas. É nesse momento que se torna evidente para a força do trabalho que as promessas do capital, pautadas num padrão de consumo mistificado e que, ao fim e ao cabo, não atendem às reais necessidades de valores de uso, não passam de promessas, tornando a reação na forma de conflitos urbanos o passo seguinte.

A dificuldade a partir desse ponto passa a ser constituir uma consciência de classe entre os trabalhadores explorados no espaço de viver. Para Harvey essa tarefa é obstaculizada por um ambiente de concorrência entre os próprios, fomentada por disputas internas em torno de áreas com melhores valor de uso da cidade, onde podem emergir três situações: individualismo competitivo, em que há uma estratificação dentro da própria classe trabalhadora; ação comunitária, onde grupos se unificam em torno de interesses de sua comunidade e competem com outras por investimentos ou acesso a fundos públicos; e a luta de classes, quando a concorrência é colocada em segundo plano e efetivamente se constitui uma consciência de classe entre os trabalhadores que passam a enxergar claramente a forma de exploração através do ambiente construído.

Longe de serem etapas para galgar em direção à consciência de classe, o individualismo competitivo e a ação comunitária são faces de uma mesma moeda, na medida em que não impõe novos termos à relação capital trabalho, e somente redirecionam a exploração de um espaço de viver para outro. O caso do movimento *nimby* (*Not in My Backyard*) que Davis (2009) analisa na região de Los Angeles, é apenas um de vários exemplos da ação comunitária. Contudo, quando se tratam de evidências da luta de classes motivadas pela exploração no espaço de viver, os exemplos aparecem de forma esparsa na história da urbanização capitalista. Harvey (2011), preocupado em analisar os protestos recentes, lança novas hipóteses que, sem deslegitimar seus raciocínios anteriores sobre a relação entre urbanização e exploração da força de trabalho, avançam na direção dos reais desafios da luta de classes no espaço de viver. Para justificar suas novas interpretações, o geógrafo inglês recupera alguns elementos da teoria

¹ Nas palavras de Harvey (1982a p. 2): ‘Um trabalhador hipotecado até o pescoço é, na maioria dos casos, um bastião da estabilidade social e os esquemas para promover casa própria para a classe trabalhadora há muito tempo que reconheceram este fato básico’.

de Henry Lefebvre sobre direito à cidade (1999). A noção de direito à cidade seria antes de tudo construída nas ruas, não como uma utopia acadêmica, mas sim como um ‘grito por socorro e sustentação de pessoas oprimidas em tempos desesperados’(HARVEY, 2011 p. XIII). Contudo, como a cidade é um conceito abstrato, isso possibilitaria à noção de direito à cidade assumir múltiplas interpretações – inclusive a do Capital – a depender da classe que o reivindica.

Apesar de já ter apontado o papel da urbanização como receptora de capital superacumulado, servindo para contornar crises eminentes de superacumulação no circuito produtivo, Harvey lança a hipótese de que há uma relação recorrente na história do capitalismo entre revoltas urbanas e o padrão de urbanização vigente, onde, nem que de forma camuflada, as manifestações motivam-se por formas de exploração no espaço de viver. Um dos motivadores que é comum a toda história da urbanização capitalista é a imposição de repetidas rodadas de reestruturação urbana através do processo de criação destruidora, onde legitima-se a despossessão de massas urbanas de qualquer tipo de direito à cidade. Para Harvey, não é por acaso que a Comuna de Paris tenha ocorrido após a reforma urbanística de Haussman, ou então que as revoltas urbanas das cidades centrais norte-americanas (*inner cities*) tenham ocorrido no auge da suburbanização. Contudo, em todos os casos percebe-se que, aparentemente pela dificuldade de mobilização ou conscientização desses grupos quanto à relação entre urbanização e exploração no espaço de viver, o resultado concreto das revoltas urbanas acaba se convertendo em readequações de estruturas existentes para manter a urbanização como receptora do capital superacumulado, ou seja, as pautas por Direito à Cidade são no final alinhadas aos interesses do capital.

No entanto, mesmo que adeque, através de coalizões urbanas, as estruturas e instituições com o intuito de manter ou acentuar a dominação do trabalho sobre o espaço de viver, o Capital não é capaz de controlar toda a uma população e em casos limites de exploração basta uma ‘fagulha para incendiar a pradaria’². Isso significa que, em alguns aspectos, as manifestações urbanas recentes, como as Jornadas de Junho, podem estar evidenciando peculiaridades sobre os processos urbanos e as experiências urbanas, individuais e coletivas, que, por si só, teriam o potencial de fomentar lutas anticapitalistas. Nas observações de Harvey sobre essa faceta da luta de classes, o principal não seria identificar a forma como esses grupos são explorados, ou se articulam, o importante seria compreender a capacidade desses movimentos emplacarem pautas revolucionárias, já que por acontecerem no espaço urbano

² Carlos Vainer (2013) se utiliza da expressão de Mao-Tse Tung para justificar a velocidade na difusão dos protestos de Junho.

atingem de forma mais direta os ativos reais que as classes ricas controlam. A essência das pautas revolucionárias que o autor cita estariam intimamente ligadas ao desmonte das estruturas que permitem à urbanização se constituir unicamente como um processo de concentração de mais-valor, e que como se argumentou ao longo do artigo se mostra funcional para a própria sobrevivência do capitalismo. Assim, a essência de uma revolução urbana pelo direito à cidade estaria em promover a completa desalienação dos grupos que construíram e sustentam a vida urbana, enquanto a reivindicação de um direito sobre aquilo que eles próprios produziram.

NOTAS SOBRE AS JORNADAS DE JUNHO

Reflexões sobre as manifestações anteriores

As tentativas de entender os levantes populares que ocorreram no mês de Junho de 2013 no Brasil foram motivo para a confecção de diversos artigos, ensaios e entrevistas de/com representantes da classe intelectual brasileira, especialmente a situada no eixo Rio-São Paulo. Talvez pelo caráter repentino das manifestações, as hipóteses levantadas optam, na sua grande maioria, por sugerir possíveis motivos que contribuíram para a mobilização dos grupos que integravam os levantes, bem como apontar caminhos futuros para o alcance os objetivos. No caso da coletânea *Occupy*, por se tratar de um trabalho anterior às Jornadas de Junho, o foco dos artigos está na tentativa de entender os movimentos sociais de protestos que ocorrem em diversas regiões do mundo em 2011, especialmente: a chamada Primavera Árabe, os indignados na Espanha e o *Occupy Wall Street* nos EUA. A forma dos protestos durante as Jornadas de Junho, sua repercussão e velocidade de propagação, assim como a diversidade de demandas levantadas pelos manifestantes, em muito se assemelham às manifestações de 2011 por isso a importância das análises apresentadas em *Occupy*. As hipóteses lançadas em artigos da coletânea *Cidades Rebeldes* tem como foco principal os eventos ocorridos durante as Jornadas de Junho, privilegiando entretanto principalmente os eventos ocorridos em São Paulo, que é a primeira cidade a ocorrer manifestações.

Em síntese, a maioria dos autores atribui a eclosão dos movimentos de 2011 a um fator fundamental, no caso, o aparelhamento da democracia parlamentar e do Estado por interesses de grupos ligados ao sistema financeiro. Os limites à participação democrática não podem extrapolar outros limites que são impostos pelas coalizões entre as elites do dinheiro e as elites do poder, promovendo uma sistemática sensação de afastamento de largas parcelas da população da vida política. Em caso de choque com os

interesses dessas coalizões, os grupos afastados da vida política são obrigados a assistir passivamente à falência de direitos sociais adquiridos em outros momentos, ou então o retardo na implementação de novas políticas sociais. Uma das faces desse aparelhamento do Estado e da democracia parlamentar pelos interesses do capital financeiro, seria o claro enfraquecimento dos partidos de Esquerda e uma predominância dos partidos de tendência mais ao Centro assumindo as rédeas do sistema político, o que contribui para que as manifestações não sejam necessariamente organizadas por grupos políticos de oposição ou instituições políticas tradicionais, como partidos e associações de classe. Com a crise que se inicia em 2008, e que até aquele momento parecia indicar o início de declínio do modelo neoliberal, as coalizões adotam estratégias de austeridade para superação da crise que permitem um novo fôlego ao modelo às custas do drástico aumento das condições de exploração no espaço do trabalho, mas principalmente no espaço de viver de grupos que até então assistiam a tudo de forma passiva.

Diferente das hipóteses sobre os protestos de 2011, em que a maioria dos autores aponta como causa das manifestações uma possível falência da democracia parlamentar, os motivos que teriam levado às Jornadas de Junho aparecem de forma diversa, e, aparentemente, influenciado pela área de pesquisa de cada autor. Obviamente influenciados pelos limites e prazo que a publicação exigia, os artigos não apresentam dados quantitativos suficientes para entender o movimento das Jornadas de Junho a nível nacional, concentrando-se principalmente nos casos de São Paulo e Rio de Janeiro. Apesar disso, identifica-se um elemento que, mesmo sem ser tratado diretamente, tangencia as hipóteses levantadas e as unifica em torno de um tema central: de que a exploração do capital sobre o trabalho no espaço de viver se acentuou amplamente nos últimos anos.

Ao que tudo indica, foram os ajuste imposto pelos governos nacionais para contornar a crise de 2008 que, impactam fortemente sobre o padrão de urbanização vigente e ampliam drasticamente a exploração no espaço de viver, fomentam insatisfações que alimentam as manifestações ao redor do mundo. Os *foreclosures* norte-americanos, os despejos do mercado imobiliário espanhol, a drástica elevação nos preços dos alimentos em alguns países árabes e mais recentemente as Jornadas de Junho no Brasil são alguns reflexos desse ajuste, onde o espaço de viver é tanto ou mais afetado que o espaço de trabalhar. Por meio desses ajustes, criam-se bases para a formação de uma consciência de classe entre o proletariado urbano, refletindo-se inclusive na ocupação dos espaços públicos como principal estratégia de enfrentamento desses grupos.

A experiência capitalista no Brasil e a urbanização que lhe dá suporte.

Quando se trata dos impactos da crise de 2008 sobre a economia brasileira, o que vem imediatamente à lembrança, numa análise superficial, são as bem sucedidas medidas macroeconômicas anticíclicas adotadas pelo governo federal que, sem obviamente romper com o modelo neoliberal, sustenta uma queda do PIB de apenas 0,2% em 2009 e permite em 2010 um crescimento de 7,5%, o maior dos últimos 20 anos. Nas palavras de João Sicsu em artigo escrito à época para o portal Carta Maior, a estratégia adotada baseou-se ‘na ideia que o aumento da renda disponível do “andar de baixo” e da classe média era o combustível necessário à ampliação do mercado interno de consumo - o que poderia compensar o pessimismo empresarial em relação a decisões de investimento’³. Dentre as medidas, duas se destacam como principais molas propulsoras da blindagem aos efeitos da crise internacional: a redução do IPI do setor automotivo, atingindo principalmente carros populares e motos; e o lançamento do (pacote) Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) em março de 2009. Ambas com rebatimentos imediatos sobre a qualidade de vida nas cidades, ampliando formas de exploração no espaço de viver que impulsionarão as Jornadas de Junho. Logo, a questão central a se decifrar é como essas políticas de ajuste à crise de 2008 reforçaram ou contestaram traços do padrão de urbanização brasileiro que se alimentam, e por isso dependem, da exploração sobre a força de trabalho no espaço de viver.

Ainda em meados da década de 1970 quando desenvolve argumentos para contestar a interpretação estruturalista Cepalina sobre o subdesenvolvimento, Oliveira (2003) já apontava para a urbanização brasileira como sendo uma evidência empírica importante de que o real dualismo do subdesenvolvimento não corresponde a uma oposição entre setores atrasados e modernos, mas sim a uma simbiose e uma organicidade na qual o moderno cresce e se alimenta da existência do atrasado. Na visão do autor a acumulação do capital no Brasil dependeria dessas formas de arranjos simbióticos entre setores modernos e atrasados, cuja permanência bloquearia permanentemente a desconcentração da renda no processo de desenvolvimento.

O fenômeno que até então era teorizado por economistas de inspiração Cepalina como o inchaço do terciário, enquanto a manifestação da exclusão de largas parcelas da população do mercado de trabalho e por isso da economia urbana, é contestado por Oliveira (2003) que o interpreta como um dos

³ Fonte site Carta Maior, acesso em 23/02/14: <http://www.cartamaior.com.br/?/Coluna/Licoes-da-crise-de-2008-2009-o-que-o-Brasil-deve-fazer-agora-/19712>.

componentes fundamentais para a formação de um exército industrial de reserva que a industrialização brasileira demandou para deslanchar. O inchaço do terciário alimenta a face urbana do desenvolvimento desigual no capitalismo brasileiro, pois o reduzido custo de reprodução da força de trabalho (quase ao nível da subsistência) que nossa estratégia de industrialização determinava, se torna indiretamente responsável pelo caráter aparentemente anárquico do crescimento urbano das cidades brasileiras. O traço de um desenho urbano com padrão rizomático em muitos casos (JACQUES, 2007), revelaria a espacialização dos processos simbióticos entre setores modernos e atrasados da economia urbana em formas absolutamente funcionais para a reprodução do capital no Brasil.

A habitação é de longe o elemento que compõe o padrão de urbanização brasileira que mais se mostra obstaculizada pela necessidade de manter o custo de reprodução da força de trabalho em níveis mínimos. Roberto Kowarick (1981) é um dos autores que analisa com mais profundidade o padrão de urbanização que o capitalismo brasileiro foi capaz de consolidar ao longo da sua trajetória. Deve-se olhar principalmente para a autoconstrução da moradia como um traço marcante da urbanização brasileira, pois esta se apresenta como a única alternativa possível para a força de trabalho dispor desse item na sua cesta de consumo. Para o autor, o padrão de urbanização que caracteriza o capitalismo brasileiro é composto por um processo contínuo de **espoliação urbana**, alimentado por formas de extorsão que se operam pela inexistência ou precariedade de serviços de consumo coletivo, agudizando as relações de trabalho a favor da reprodução do capital.

Maricato (1999), num trabalho que sintetiza pesquisas diversas sobre a questão urbana no Brasil, aponta três características principais para o processo de urbanização no Brasil: i) a industrialização com baixo salários, onde o custo com a força de trabalho não inclui o custo da mercadoria habitação, o que impulsiona a autoconstrução como parte integrante o crescimento urbano; ii) A tradição regressiva da gestões locais (prefeituras), alimentando a especulação fundiária através do direcionamento de infraestrutura para áreas de interesse das coalizões urbanas locais; iii) A legislação ambígua ou aplicação arbitrária da lei, o que permite a tolerância de ocupações em áreas que não interessam à coalizão urbana local, mas aplica arbitrariamente as leis urbanísticas (desconsiderando o cumprimento da função social da propriedade urbana) em áreas que são de interesse. Para a autora (2011), assim como a terra rural, a terra urbana é um nó na sociedade brasileira, o que leva a impasses estruturais para implementar as políticas urbanas duramente institucionalizadas ao longo de quase três décadas de mobilização pela agenda da reforma urbana, condensadas por exemplo no Estatuto da Cidade de 2001.

Quando interpreta-se as Jornadas de Junho à luz da crítica de Kowarick (1981) e Maricato (1999), percebe-se que a exploração no espaço de viver, que consideramos causa maior impulsionadora das manifestações, parecem agudizar-se pela robustez de dois traços que historicamente acompanham a urbanização brasileira: em primeiro lugar estaria a relação que se estabelece entre o Estado e o urbano no Brasil, e em seguida estariam rebatimentos para a escala urbana do que Brandão (2010) classifica como processo de acumulação primitiva permanente.

Para Oliveira (1979) deve-se observar a relação entre o Estado e o urbano no Brasil não através dos seus aparelhos e sim através de expressões do capital em geral, onde o Estado nesse contexto emerge como relação social. Assim, a apropriação e privatização de fundos públicos – disponibilizados estes sim através de aparelhos como o BNH ou a CEF – compõe essas expressões do capital em geral capazes de articular o conjunto da produção capitalista em favor das classes dominantes, sob o aval e incentivo do Estado. Não obstante, na visão de Oliveira (1982) o Estado na forma de relação social acompanha nossa urbanização desde sempre, alterando (ou alternando) somente os blocos de poder da burguesia nacional para os quais o capital em geral articulará o conjunto da produção capitalista sob o aval do Estado.

Complementando as análises de Oliveira (1979), mas com o propósito maior de compreender como o capital se reproduz no Brasil, Lessa e Dain (1983) vão propor a ideia que Estado brasileiro ocupa o papel de gestor de um pacto (da sagrada aliança) entre capital privado nacional e internacional. Nessa condição de gestor, o Estado asseguraria formas institucionalizadas para permitir taxas de lucratividades semelhantes para o capital privado nacional e o internacional, que se resguardam em órbitas de valorização distintas e não concorrentes. O circuito imobiliário seria uma das órbitas de valorização restritas às elites do capital privado nacional, onde a lucratividade é tradicionalmente alcançada pela exploração no canteiro de obras (ARANTES, 2010) e por diferenciais de renda fundiária, o que só é possível mediante o bloqueio, pelo próprio Estado, de reformas estruturais como a reforma urbana.

O bloqueio a reformas estruturais como a urbana, são por sua vez componentes estruturais da experiência capitalista brasileiras que, segundo a hipótese de Brandão (2010), deve ser encarada como uma perene coexistência de acumulação de natureza primitiva com formas renovadas de acumulação por despossessão, sustentando-se na ‘apropriabilidade extensiva/intensiva do território, na retenção especulativa da terra-propriedade e do dinheiro e na hegemonia da órbita da circulação amplo espaço

nacional' (BRANDÃO, 2010 p.41). Especialmente ao longo do século XX e com a industrialização do país, o desenrolar do que o autor vai classificar como acumulação primitiva permanente, permite que haja, pela própria revolução na reprodução das bases materiais, a formação de um relativamente potente mercado nacional sem entretanto destravar o acesso à propriedade e aos direitos por parte da maioria da população, questão chave na manutenção do pacto de poder entre as frações da burguesia nacional.

Se por uma lado, o panorama que se constitui é o de um território nacional integrado politicamente, mas marcado por verdadeiras hordas de despossuídos e desabilitados pela propriedade, vagando sem destino e sem perspectiva – pelo menos até se fixarem nas cidades. Por outro, a coalização de poder que domina o país, também apresenta um caráter itinerante mas nesse caso de apropriação e descartabilidade do território e da força de trabalho. Seguindo a hipótese central de Lessa e Dain (1983), para Brandão (2010) o Estado não abandona o posto de um gestor que avaliza processos contínuos de validação lucrativa de massas e estoque de riqueza acumulados, sancionando horizontalmente a valorização especulativa.

Forja-se dessa equação uma economia urbana moderna, diferenciada e com marcantes heterogeneidades estruturais de todos os tipos. Na medida em que avança a urbanização, especialmente durante o período autoritário em que à questão regional é imposto um tratamento altamente tecnocrático, soldam-se rapidamente interesses mercantis dos mais arcaicos – normalmente dependentes da renda da terra – em torno da expansão urbana. A crise do Estado desenvolvimentista apenas amplia a compulsão das elites em estocar ativos de raiz, acumulando e concentrando ainda mais a terra rural e urbana – e financeiro – ampliando o padrão rentista pela dívida pública.

As cidades e espaço regionais brasileiros chegam ao paradigma neoliberal do século XXI totalmente enredadas em uma complexa malha de interesses patrimonialistas e especulativos, cuja organicidade, manifesta ou não, se alimenta de coalizões constituídas por proprietários fundiário, capital de incorporação, capital de construção e, mais recentemente, pelo capital financeiro. Os incrementos institucionais que permitem à terra no Brasil finalmente transformar-se em ativo financeiro (ROYER, 2009), e que culminam com a elaboração do PMCMV, que não por acaso parte da equipe de política macroeconômica do governo (FIX, 2011), robustecem ainda mais as complexas estruturas que sustentam a reprodução do capital privado nacional através de acumulação primitiva permanente. Com isso, ainda pior do que servirem como acampamentos para classes espoliadas histórica e

permanentemente, o padrão urbanização brasileiro parece ter servido para gerar núcleos urbanos cuja função maior é de se tornarem ‘uma espécie de estufa, campo fértil para o cultivo, de diversas frações do capital privado nacional’ (BRANDÃO, 2010 p.57).

Hipóteses finais e conclusões.

Em que pese as cidades no Brasil terem se tornado a linha de frente de um padrão de acumulação que traz no seu *modus operandi* formas de acumulação primitiva, onde usura, pilhagem, predação, manobras especulativas, apropriação e expropriação são práticas mais ordinárias que excepcionais, a pergunta sobre as Jornadas de Junho precisa ser refeita. Não se deve buscar o porquê das manifestações, mas sim o por que de demorarem tanto para terem ocorrido? É nesse ponto que se torna fundamental o entendimento dos efeitos urbanos das duas principais políticas anticíclicas para combater a crise de 2008, como possível gatilho que dispararam as revoltas.

Estimulado pela redução do IPI – que deixa de ser uma desoneração temporária com função anticíclica para se tornar um estímulo quase permanente à indústria automobilística – a frota nacional de veículos salta de pouco mais de 32 milhões de automóveis e 11 milhões de motocicletas, para quase 46 milhões de automóveis e 18 milhões de motocicletas em junho de 2013. Somente na cidade de São Paulo circulavam em junho de 2013, pouco mais de 10% do total da frota de automóveis do país e pouco mais de 4% do total da frota de motocicletas⁴. Um ritmo de crescimento elevado que, além de atender à demanda reprimida de uma faixa do mercado consumidor brasileiro ampliada no curso da última década, é alimentada também pelo tipo de experiência urbana que o padrão de urbanização brasileiro gestou.

Cabe lembrar que dentro desse padrão, como se argumentou ao longo do texto, estão presentes diversas formas coalizões urbanas articuladas principalmente por frações do capital privado nacional. Como regra, o Estado avaliza práticas de apoderamento de fundos públicos por esses grupos, direcionando-os para execução de grandes obras rodoviárias urbanas que apenas privilegiam uma parcela reduzida da população. O evoluído padrão urbanístico que essas obras representam, correspondem à dimensão espacial de heterogeneidades estruturais que caracterizavam a experiência capitalista no Brasil, onde, como sugere Oliveira (2003), setores modernos convivem e se reproduzem a partir da existência de setores atrasados. A desigualdade na distribuição de infraestrutura urbana apenas transparece para a

⁴ Fonte site Denatran, acesso em 20/02/14: <http://www.denatran.gov.br/frota.htm>

escala urbana algumas dessas relações, que, assim como o subdesenvolvimento, se mostravam passíveis de superação. Na visão hegemônica, tratava-se apenas de uma questão tempo até sermos alçados à condição de país desenvolvido, o que, ao fim e ao cabo, transbordaria para a equalização nas condições de infraestrutura das nossas cidades. Contudo, assim como o padrão de desenvolvimento brasileiro se encontra encalhado numa evolução que seguiu adiante – o que leva Oliveira (2003) a compara-lo a um ornitorrinco –, nossas metrópoles também parecem acompanhar esse entrave. Como sugerem Fix e Arantes (2004), caímos no dilema de uma metrópole-ornitorrinco, em que a contradição entre elementos de um padrão urbanístico evoluído com atrasados/precários, que antes parecia (para alguns) uma condição temporária, se torna permanente nas nossas cidades.

Em que pese a condição de uma evolução truncada, a experiência urbana acumulada ao longo do tempo pelos habitantes de nossas cidades não se modifica, e, muito pelo contrário, estimula ainda mais a inserção do transporte individual na cesta de consumo da classe trabalhadora pois os longos deslocamentos casa-trabalho apenas se ampliam. Em um espaço urbano onde o que impera parece ser a exclusão de grandes parcelas da população de qualquer forma de direito à cidade, os limites entre uma urbanização suportável para uma urbanização caótica, nos termos usados por Cano (2010), se tornam mais tênues a cada dia que passa. Os estímulos fiscais e creditícios para setor automobilístico que se instituem a partir de 2009, apenas aceleram o transbordamento desses limites, na medida em que coalizões locais não dão conta de articular novas obras viárias capazes de suportar o aumento da frota, e, tampouco, colaboram para a execução de obras de mobilidade urbana ou para a mínima melhoria do modelo existente.

No caso do PMCMV, talvez a principal pilastra do programa anticíclico do governo federal, ao longo de cinco anos já contabiliza algo em torno de 2 milhões de moradia entregues, impulsionando para patamares históricos o crédito imobiliário no Brasil. Contudo, mais do que um programa habitacional com a função de enfrentar com eficácia a questão habitacional, quando do seu lançamento já estava claro a quem efetivamente serviria os subsídios e as facilidades de acesso ao crédito que o estruturava. Mais uma vez o déficit habitacional brasileiro é alçado à categoria de (falso) problema nacional, reproduzindo o mesmo roteiro que Bollaiffi (1979) descrevera no final dos anos 70, mas com o acréscimo de ampliar a financeirização do circuito imobiliário nacional. O verdadeiro golaço do PMCMV vem a favor das grandes incorporadoras nacionais que, havia pouco tempo, tinham realizado suas primeiras inserções no mercado de capitais brasileiro – abertura de capital por meio de Oferta

Pública de Ações – e que com a crise de 2008 vinham liderando a queda da BM&FBOVESPA (FIX, 2011). O PMCMV não só permite a recuperação desses grupos, como assegura uma “inversão” no gráfico das suas ações que passam a liderar a recuperação da BM&FBOVESPA entre 2009 e 2010.

O maior acesso ao crédito imobiliário e a financeirização de partes do circuito imobiliário nacional não alteram substancialmente a lógica de operações dessas empresas, que continuam se valendo da necessidade da apropriabilidade extensiva/intensiva do território urbano e da retenção especulativa da terra-propriedade. A busca pela rápida formação de *landbanks* é o que marca esse momento, o que em paralelo torna ainda mais escasso o acesso a terras urbanizadas nas principais cidades do Brasil. A elevação no preço dos terrenos, motivados pela escassez, reflete sobre o preço do imóvel que por sua vez parece ter reverberado sobre o preço dos alugueis nessas cidades, ampliando ainda mais os níveis da espoliação urbana, com reflexos contraditórios no déficit habitacional brasileiro⁵.

Pela análise dos dois casos, e à guisa de uma conclusão, poder-se-ia dizer que, pelo menos até Junho de 2013, mais uma vez o Estado e as frações do capital privado nacional haviam sido capazes de lograr sua típica “Fuga pra Frente”, nos moldes clássicos descrito por Tavares (1999). As estratégias anticíclicas, especialmente o PMCMV, cria a ilusão de uma política progressista – por um lado amplia-se o acesso ao crédito e a redução fiscal para a compra do automóvel e por outro propaga-se o combate extensivo ao déficit habitacional – mas que, de fato, serve para sustentar práticas de acumulação primitiva permanente que congelam permanentemente as estruturas que sustentam historicamente nossa (quase) nação.

As Jornadas de Junho podem sim servir para comprovar um transbordamento das linhas tênues dos limites da exploração do capital sobre o trabalho no espaço de viver no Brasil. Contudo, o que esse artigo procurou sugerir é que qualquer novo rumo que se estabeleça para o padrão de urbanização brasileiro, a partir das Jornadas de Junho, parece claramente depender da própria superação de práticas espoliativas que nos mantêm presos a uma formação econômica truncada como descreveu Oliveira (2003). Situação que coloca o futuro das reivindicações presentes no seio das manifestações de junho dentro de um espectro mais profundo e indefinido.

⁵ Para informações atualizadas sobre o déficit habitacional brasileiro ver artigo “Como não fazer política urbana” de Ribeiro, Boulos e Szermeta. Fonte site revista Carta Capital, acesso em 1 março de 2014: <http://www.cartacapital.com.br/politica/como-nao-fazer-politica-urbana-3066.html>

Referências Bibliográficas

- ALI, T. O espírito da época. In: *Occupy*: os movimentos de protestos que tomaram as ruas. São Paulo: Carta Maior, 2012
- ALVES, G. Ocupar Wall Street... e depois?. In: *Occupy*: os movimentos de protestos que tomaram as ruas. São Paulo: Carta Maior, 2012
- ARANTES, P. F. Arquitetura Nova – Sérgio Ferro, Flávio Império e Rodrigo Lefèvre, de Artigas aos Mutirões. São Paulo: Editora 34, 2002.
- BENÉVOLO, L. 1994 [1963]. *As origens da urbanística moderna*. 3 ed. Lisboa, Presença.
- BOLLAFFI, G. Habitação e Urbanismo: o problema e o falso problema. In: *A produção da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. São Paulo: Alfa Ômega, 1979
- BRAGA, R. Sob a sombra do precariado. In: *Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2013

BRANDÃO, C. Acumulação primitiva permanente e desenvolvimento capitalista no Brasil contemporâneo in: ALMEIDA, A. W. B. *et al. Capitalismo globalizado e recursos territoriais: fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010.

CANO, W. *Ensaio sobre a crise urbana do Brasil*. Campinas: Editora Unicamp, 2010

CHALHOUB, S. *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo (SP): Companhia das Letras, 1996.

DAVIS, M. *Cidade de quartzo*. São Paulo: Boitempo, 2009

_____, M. Estrada de metal pesado. In: *Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2013

ENGELS, F. (1976), *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo, Global.

FIX, M. *Financeirização e transformações recentes no circuito imobiliário no Brasil*. 2011. f. 288 Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia da UNICAMP, Campinas, 2011.

FIX, M. e ARANTES, P. São Paulo: Metrôpole-ornitorrinco. Correio da Cidadania, São Paulo, 2004

HARVEY, D. O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas. Espaço e Debates, São Paulo, Cortez, ano 2, n. 6, p. 13, 1982a.

_____, D. *Urban Experience*. Baltimore: The John Hopkins University Press, 1989.

_____, D. *Rebel Cities: from the right to the city to the urban revolution*. New York: Verso, 2011.

_____, D. Os rebeldes na rua: o Partido de Wall Street encontra sua nêmesis. In: *Occupy: os movimentos de protestos que tomaram as ruas*. São Paulo: Carta Maior, 2012

_____, D. A liberdade da cidade. In: *Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2013

IASI, M. L. A rebelião, a cidade e a consciência. In: *Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2013

JACQUES, P. *Estética da Ginga: a arquitetura das favelas cariocas através da obra de Hélio Oiticica*. Rio de Janeiro: Casa da palavra, 2003

KOWARICK, L. (1981), *Espoliação Urbana*, Paz e Terra, Rio de Janeiro.

- LEFEBVRE, H. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.
- LESSA, C. & DAIN, S. Capitalismo Associado: Algumas Referências Para O Tema Estado E Desenvolvimento. In: BELLUZZO, Luiz G.; COUTINHO, Renata (Ed.) *Desenvolvimento Capitalista no Brasil: Ensaio sobre a crise*. São Paulo: Brasiliense, 1983 p.214-228
- LIMA, V. A. Mídia, rebeldia urbana e crise de representação. In: *Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2013
- MARICATO, E. A terra é um nó na sociedade brasileira... também nas cidades. *Cultura Vozes*, Petrópolis - Ed. Vozes, v. 93, n. 6, p. 7-22, 1999.
- _____, E. O impasse da política urbana no Brasil. Petrópolis: Editora Vozes, 2011.
- _____, E. É a questão urbana, estúpido! In: *Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2013
- MOLOTCH, H.; Logan, J. *Urban fortunes: the Political Economy of Place*. Los Angeles: University of California Press, 1987.
- MPL-SP Movimento Passe Livre - São Paulo. Não começou em São Paulo, não vai terminar em São Paulo. In: *Cidades Rebeldes: passe livre e manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- OLIVEIRA, F. Prefácio. In: *A produção da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. São Paulo: Alfa Ômega, 1979
- _____, F. Crítica à razão dualista: o ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2003
- _____, F. O Estado e Urbano no Brasil. *Espaço e Debates*, São Paulo, Cortez, ano 2, n. 6, p. 13, 1982.
- PESCHANSKI, J. A. Os “ocupas” e a desigualdade econômica In: *Occupy: os movimentos de protestos que tomaram as ruas*. São Paulo: Carta Maior, 2012
- _____, J. A. O transporte publico gratuito, uma utopia real. In: *Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2013
- ROYER, L. O. Financeirização da política habitacional: limites e perspectivas. São Paulo. 2009. 194 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – FAU-USP

- SADER, E. Crise capitalista e o novo cenário no Oriente Médio. In: *Occupy: os movimentos de protestos que tomaram as ruas*. São Paulo: Carta Maior, 2012
- SAFATLE, W. Amar uma ideia. In: *Occupy: os movimentos de protestos que tomaram as ruas*. São Paulo: Carta Maior, 2012
- SAKAMOTO, L. Em São Paulo, o Facebook e o Twitter foram às ruas. In: *Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2013
- SECCO, L. As Jornadas de Junho. In: *Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2013
- SMITH, N. *Desenvolvimento desigual*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988. Harvey (1982)
- SOARES, K. G. *As formas de morar na Belém da Belle-Époque (1870- 1910)*. Belém. 2008. 247 f. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia/UFPa, Belém, 2008.
- TAVARES, M. C. Império, território e dinheiro. In: FIORI, J. L. (Org.). *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.
- TELES, E. Democracia, segurança pública e coragem para agir na política. In: *Occupy: os movimentos de protestos que tomaram as ruas*. São Paulo: Carta Maior, 2012
- VAINER, C. Quando a cidade vai às ruas. In: *Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2013
- VIANA, S. Será que formulamos mal a pergunta? In: *Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2013
- WALLERSTEIN, I. A esquerda mundial após 2011. In: *Occupy: os movimentos de protestos que tomaram as ruas*. São Paulo: Carta Maior, 2012
- ŽIŽEK, S. O violento silêncio de um novo começo. In: *Occupy: os movimentos de protestos que tomaram as ruas*. São Paulo: Carta Maior, 2012
- _____, S. Problemas no Paraíso. In: *Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2013